



UnB

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

A perspectiva de sucateamento da UnB com os cortes orçamentários

LUCAS DE OLIVEIRA SANTOS

Brasília

2/2017

LUCAS DE OLIVEIRA SANTOS

A perspectiva de sucateamento da UnB com os cortes orçamentários

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em
Comunicação Social com habilitação em
Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Márcia Marques
Orientadora

Prof^º. Dr. Zanei Barcellos
Examinador

Ana Elizabeth de Almeida Gomes
Jornalista – Ministério da Saúde
Examinadora

Prof^ª. Dra. Dione Moura
Examinadora suplente

“Ninguém tira o trono do estudar. Ninguém é o dono do que a vida dá. E nem me colocando numa jaula, porque sala de aula essa jaula vai virar.”

(Dani Black)

Agradecimentos

Agradeço a Deus. Sem ele não seria possível ter conhecido todas as pessoas maravilhosas citadas abaixo.

Minha infância foi dentro de uma escola, não como filho da professora ou da diretora, mas filho da tia da limpeza, a Neidinha, que por mais de 27 anos se dedica intensamente para ajudar da melhor maneira possível todas as crianças do ensino básico da Escola Classe 8. Mãe, obrigado por todo o suor derramado, foi o que me fez chegar até aqui.

Agradeço a minha namorada, Brenda Ondina, que esteve ao meu lado nos momentos de felicidade, tristeza, desafios, conquistas e frustrações. As diferenças são os nossos pontos de convergência.

Aos irmãos Murilo Marques e Pedro Carvalho, obrigado pelas conversas, desabafos e parceria, não apenas durante a produção deste trabalho, mas durante a vida. Ludimila Mamedes, você puxou minha orelha em momentos fundamentais, além de me indicar alguns bons caminhos. Agradeço pelas dicas para o TCC durante as noites de boemia. Vocês são verdadeiros amigos.

Pelos inúmeros projetos ao longo da graduação, os ensinamentos, os suportes, as noites sem dormir, as diagramações, as lutas e o mais importante, a amizade, agradeço especialmente a Emília Felix e João Vitor Galvão, quanta eficiência deste trio. Sem vocês minha vivência na FAC não seria 1% do que foi.

Agradeço a minha família. Como dizem por aí "família não escolhe, se aceita" e vocês me aceitaram bem, mesmo com todas minhas loucuras.

Agradeço aos técnicos e terceirizados em nome do Seu Izaias, o porteiro mais emblemático de toda a UnB, trata a todos com humildade e sem diferenciação. Sentirei falta dos nossos papos.

Agradeço aos professores, me ensinaram muito ao longo da graduação. Em especial, nosso diretor (2017), Fernando Paulino, que me deu a primeira aula na FAC; Nélia Del Bianco, que me fez descobrir o amor pelo rádio; e a minha orientadora Márcia Marques, que me acolheu nos momentos mais difíceis da graduação e sempre esteve de portas abertas para me receber.

Agradeço a todos que me ensinaram e puderam aprender comigo na Facto. Uma empresa júnior é feita pelos membros e para os membros com erros e acertos. Que a cada dia os mais humildes possam viver as experiências e os aprendizados que tive na sala 636.

Por me ensinar como a comunicação rompe barreiras, agradeço a Fabiana Mauro. Além de me ensinar sobre agricultura familiar, me mostrou como podemos fazer as informações chegarem na base.

Pelos aprendizados na área de assessoria de comunicação, que tive na Terracap, agradeço a toda a equipe da Ascom que trabalhei em 2016 em nome dos meus amigos Kaio Teixeira e William Martins. Trabalhar também é se divertir, até em momentos de crise.

Pelas dicas valiosas durante a minha estadia na rádio que toca notícia, a CBN, agradeço a Basília Rodrigues, Felipe Igreja e Raquel Miura. Além de dividir a bancada, aprendi muito com todos vocês e levarei isso para a vida. A profissão de repórter fica mais fácil com seus ensinamentos.

Agradeço às famílias afetadas pelo desastre em Mariana - MG. O convívio com a comunidade do povoado de Barreto, em Barra Longa - MG, despertou o meu lado mais humano no jornalismo. Em nome da Marlene, agradeço. O Rio Doce viverá pelo esforço e humildade de cada um de vocês.

Um último agradecimento a todos os ocupantes do Brasil, que fizeram um lindo movimento em 2016. Continuemos na luta.

Resumo

Este projeto é uma grande reportagem sobre o corte orçamentário na Universidade de Brasília (UnB) para publicação em veículo impresso. Com a diminuição no orçamento das universidades federais, a UnB enfrenta uma grave crise financeira. Em 2017 a diminuição drástica no orçamento da universidade levou a UnB para um cenário de atraso no pagamento de contratos, demissão de terceirizados e um risco eminente de sucateamento. Tudo isso com verba arrecadada pela universidade em caixa, mas bloqueada pelo governo federal. O contingenciamento de despesas federais em 2017 e a emenda constitucional do teto de gastos públicos torna o cenário dos próximos 20 anos sombrio. Pesquisas já são prejudicadas e a comunidade universitária teme pela sobrevivência da universidade.

Palavras-Chave: UnB, Orçamento, contingenciamento, teto de gastos, sucateamento.

Sumário

1. Apresentação	7
2. Objetivos	9
2.1. Objetivo Geral	9
2.2. Objetivos Específicos	9
3. Justificativa	10
4. Referencial Teórico	11
4.1. UnB, uma universidade de luta	11
4.2 “Quarto Poder”	12
4.3 Orçamento	14
4.4 Despesas	15
5. Desenvolvimento do produto	16
5.1 Por que falar da UnB?	16
5.2. UnB sem ação	17
5.3. Overdose de informação	17
5.4. Dificuldades no processo	18
5.5 Trabalho e estudo	19
5.6 Entrevistas	20
6. Considerações finais	20
7. Referências	22
8. Anexos	23
8.1. Cronograma	23
8.2 Orçamento	23
8.3 Roteiro do produto	23
Reportagem	24

1. Apresentação

O presente trabalho é o memorial do produto UnB e o risco de sucateamento com os cortes orçamentários, uma grande reportagem realizada ao longo do segundo semestre de 2017. A reportagem busca abordar os impactos das medidas de austeridade do Governo Federal sobre a Universidade de Brasília, desde o ensino, pesquisa e extensão até a manutenção básica como o fornecimento de água e energia.

As decisões tomadas pelos governantes muitas vezes não alcançam com profundidade os governados. Miguel (2005) afirma que a democracia brasileira é representativa, escolhemos pessoas para nos representar no poder, pois não é possível reunir toda a população para tomar as decisões em conjunto.

O Estado brasileiro tem dimensões continentais e as informações sobre as decisões tomadas pelos administradores públicos muitas vezes não chegam aos governados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Constituição Brasileira de 1988 garantem à população o acesso à informação e o direito de receber informações dos órgãos públicos. Desde a promulgação da Constituição, o acesso aos documentos oficiais do Estado vem sendo regularizado por leis.

A instituição de uma cultura da transparência na gestão pública começou a partir de 2009, com a criação da Lei da Transparência, seguida pela Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011. As duas leis recomendam que a publicidade (ou garantia de acesso à informação por parte dos cidadãos) deve ser uma regra e não uma exceção, e que as informações de interesse público devem ser divulgadas, independentemente de demandas por parte da sociedade. (GOMES e COUTINHO, 2017, p.21.)

Pereira (2004) afirma que o jornalista tem como função ser uma espécie de porta-voz da sociedade e para a sociedade. Analisar os feitos dos governos bem como relatar a forma como a população reage a tais políticas é um dos principais papéis do jornalista.

Com as mudanças no campo político e econômico vividas pelo Brasil após a eleição presidencial de 2014, como o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e uma agenda econômica com um perfil neoliberal, o novo governo mudou a forma como o país e as políticas públicas estavam sendo guiadas.

Como parte do jogo político, ainda sob a gestão de Dilma Rousseff, o governo federal reduziu o orçamento e contingenciou recursos, quase 80 bilhões de reais foram contingenciados até a metade de 2015, conforme reportado pelo portal de notícias G1¹. A gestão de Michel

¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/dilma-editara-decreto-para-adiar-despesas-de-r-10-bi-diz-planalto.html>> Acesso em: 29 de outubro de 2017.

Temer aprofundou os cortes, reformulou e até cancelou algumas políticas públicas. Uma das reformulações foi vivenciada pelos profissionais da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, que teve a sua estrutura e a grade de programação alteradas, o que fragilizou a cobertura de temas sociais e adotou uma grade comercial.

O orçamento é uma permissão para utilizar o dinheiro público, mas não significa que o executivo libere toda a verba contida no orçamento para ser executada. Anualmente o governo federal envia para o Poder Legislativo a Lei Orçamentária Anual (LOA), que contém todas as despesas previstas e receitas estimadas para todos os órgãos públicos. Na prática significa quanto cada órgão deve conseguir arrecadar e quanto deverá investir em cada programa.

Em 2017 a educação superior foi um dos campos afetados pelo corte orçamentário do governo federal, cerca de 50% a menos de previsão orçamentária na LOA de 2017. Uma das principais universidades afetadas é a Universidade de Brasília (UnB), que além do corte, perdeu nos últimos anos a principal fonte de arrecadação de recursos próprios, o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe). Ao longo de 2017 a comunidade da UnB acompanhou as diversas manobras da reitoria para conseguir equilibrar as contas e não ficar em débito com fornecedores. Algumas medidas adotadas foram a demissão de mais de 200 terceirizados e reajustes nos contratos de serviço.

O corte orçamentário e o contingenciamento de recursos realizados em vários setores da administração pública nacional em 2017 devem impactar seriamente nos próximos 20 anos, pois 2017 é o ano base da emenda constitucional do teto de gastos públicos.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

Produzir uma grande reportagem para meio impresso sobre a execução do orçamento da UnB de 2017, com foco nos cortes orçamentários que a universidade sofreu.

2.2. Objetivos Específicos

Levantar dados sobre a situação orçamentária da Universidade de Brasília para ter uma perspectiva de como a universidade está lidando, do ponto de vista financeiro, com os cortes no orçamento.

Entrevistar fontes ligadas direta ou indiretamente ao tema do produto para traçar um cenário para a universidade.

Explicar de forma resumida como funciona o orçamento da Universidade para que o leitor compreenda melhor o conteúdo do produto.

Traçar um cenário para os próximos anos da UnB do ponto de vista orçamentário.

O produto foi pensado para publicação em veículo impresso, por esse motivo não está diagramado e pode sofrer cortes para adaptação a publicação. Na grande reportagem um dos objetivos é evidenciar como as medidas de um governo pode colocar em risco o futuro da educação superior em uma das principais universidades do país.

3. Justificativa

Sistema de cotas para negros e cotas sociais, programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), incentivo a pesquisa e extensão e o Ciência Sem Fronteiras são algumas das políticas implementadas pelos dois governos citados e que promoveram uma real abertura do ensino superior para a população brasileira. Isso fica evidente ao observar o número de vagas disponíveis nas instituições de ensino superior, públicas e privadas. Segundo o Censo da Educação Superior 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre 2003 e 2014 o número de alunos matriculados registrou aumento de 96,5%, passando 3,9 milhões de matrículas para 7,4 milhões. 28% dos alunos estudam em instituições públicas, 17% em federais.

O Reuni exigia que mais vagas fossem abertas pelas universidades federais, assim cada instituição receberia também uma verba maior através do programa. Além da ampliação de vagas, o programa previa também a reestruturação acadêmico-curricular das instituições; a renovação pedagógica da educação superior, com o aumento da interação entre a educação básica, profissional e tecnológica, a atualização dos métodos de ensino e aprendizagem e a melhora da capacitação pedagógica; o suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação; melhoria do compromisso social das instituições, com políticas de inclusão, assistência estudantil e políticas de extensão universitária; e também a melhoria da mobilidade intra e inter-institucional, com o aumento da mobilidade estudantil entre as universidades com aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), entre 2000 e 2010, o número de universidades federais passou de 40 para 59. Em 2017 são 63. De 2003 a 2011 o número de municípios atendidos pelas universidades federais mais que dobrou, passou de 114 para 237.

Aos poucos os brasileiros que não conseguiam ter acesso a universidade por falta de oportunidades tiveram nos programas sociais a abertura necessária para o ingresso no ensino superior, que passou a ser mais plural.

Os cortes orçamentários, que tiveram início em 2015, após as eleições presidenciais em 2014, dificultaram a consolidação da reestruturação das universidades federais. Eles representaram uma mudança na política econômica brasileira no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Os cortes orçamentários e o contingenciamento de gastos públicos iniciados por Dilma foram ampliados por Michel Temer, que assumiu a Presidência após um processo de impeachment comandado por parlamentares investigados por corrupção, alguns deles já condenados e presos.

Tendo em vista este cenário citado, a comunidade da Universidade de Brasília volta a conviver com os fantasmas dos cortes orçamentários e o contingenciamento de verbas da União. A UnB teve pelo menos dois episódios que colocaram em risco o prosseguimento da universidade: como a demissão em massa de professores logo no início da ditadura militar e o período de sucateamento com as demais universidades federais durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que afetou principalmente os docentes e estabeleceu políticas de competição interna nas universidades.

As medidas econômicas e a gestão realizada pelo governo de Michel Temer colocam em risco a qualidade da educação, a autonomia das universidades federais e o dever do Estado com a educação, garantidos nos artigos 206, 207 e 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Contratos revistos, verba cortada e restrita, demissão de funcionários terceirizados, perda da principal fonte de recursos próprios e o risco de entrar na crise mais grave de sua história, esta é a atual situação da Universidade de Brasília.

4. Referencial Teórico

4.1. UnB, uma universidade de luta

O plano da criação de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, é dividido em setores, o Plano Piloto previa a instalação de uma universidade próxima ao centro do poder. A criação da Universidade de Brasília foi registrada em *A universidade interrompida* (Salmeron, 1999). Salmeron (2012) afirma que a construção da UnB sofreu resistência dentro do governo de Juscelino Kubitschek.

Disseram-me que Israel Pinheiro alegava não compreender como se poderia *fazer uma universidade num deserto*, mas que o verdadeiro motivo não era esse, nem qualquer princípio, era simplesmente que *ele temia a presença de estudantes nas proximidades do governo e do Congresso*. (SALMERON, 2012, p. 41).

Mesmo com a resistência, principalmente de Israel Pinheiro, que se tornaria governador do Distrito Federal, o projeto da universidade no Plano Piloto foi levado adiante. Com o esforço de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira a UnB saiu do papel em 1962, dois anos antes do golpe militar de 1964.

A Universidade de Brasília inaugurou seus cursos no dia 9 de abril de 1962, em salas emprestadas pelo Ministério da Educação e Cultura, com tanto atropelo quanto improvisação, pois deveria receber estudantes somente dois anos mais tarde de acordo com os planos iniciais. (SALMERON, 2012, p. 103).

A estrutura escolhida para a UnB era diferente das demais universidades. Os alunos estudariam os primeiros dois anos nos institutos centrais dos cursos, caso quisessem permanecer no curso, seguiam para a parte de pesquisa. Se não se identificassem e quisessem outra profissão, a partir do terceiro ano iriam para outro departamento, escolhido pelo aluno. Até hoje o Instituto Central de Ciências é o principal prédio da UnB, conhecido como Minhocão, tem quase 700 metros de comprimento. A UnB foi pensada para dar liberdade aos alunos e proporcionar a interação entre a comunidade acadêmica.

O medo de Israel Pinheiro se tornou realidade, a UnB foi um dos principais polos de resistência à ditadura militar. Os estudantes usavam a estrutura da universidade a seu favor e resistiam como podiam contra os militares. O ex-aluno da UnB Honestino Guimarães é um dos 434 desaparecidos políticos durante o regime militar, de acordo com os dados da Comissão Nacional da Verdade².

O campus Darcy Ribeiro foi invadido três vezes durante a ditadura: em abril de 1964, no início do regime; em outubro de 1965, a pedido do novo reitor; além da trágica invasão em agosto de 1968, quando um estudante foi baleado na cabeça por militares. Em 1965, os professores reagiram à demissão de 16 professores do quadro de funcionários, 223 docentes pediram a demissão em solidariedade aos colegas. A UnB perdeu 79% dos docentes em pouco mais de três anos de existência. O quadro de professores era composto por nomes reconhecidos, como Oscar Niemeyer, Athos Bulcão e Pompeu de Souza.

Desde a criação, a UnB é marcada pela luta da comunidade acadêmica. Por várias vezes os estudantes ocuparam o prédio da reitoria como protesto, como em 2008, quando pediram a saída do então reitor Timothy Mulholland por suspeita de irregularidades em contratos. Nada foi provado contra Mulholland.

As lutas encampadas pelos membros da UnB desde antes da criação da universidade foram marcos em várias batalhas sociais. É provável que a mobilização da comunidade acadêmica durante a ditadura seja a mais marcante da universidade, foram mais de 20 anos lutando pelo fim do regime.

4.2 “Quarto Poder”

O papel do jornalista ganhou importância na sociedade desde o surgimento da profissão. A imprensa assumiu um papel de poder, fiscalizando o estado. Esse papel de fiscalização muitas vezes é movido por interesses dos donos dos grandes veículos de comunicação, que possuem

² Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/ordem_cronologica.pdf>
Acesso em: 14 de novembro de 2017.

grande influência sobre a massa. Os interesses podem partir do empresariado, de políticos ou mesmo dos interesses coletivos da população.

“Cães de guarda da sociedade”, “princípio da responsabilidade social”, imprensa como o “Quarto Poder”. Todas essas expressões estão ligadas ao ideário romântico do jornalismo. De acordo com essas concepções, o jornalista teria um status diferenciado das demais profissões. Ele estaria, por princípio, comprometido com a sociedade - que lhe delega o poder de fiscalizar as instituições em seu nome - e com os valores democráticos. (PEREIRA, p.3 2004).

O jornalismo é uma das principais formas de acesso a informação que a população possui. Os veículos de comunicação, em suas diversas plataformas, são os responsáveis por levar informações sobre a prestação de serviços para a população. Mudanças na composição do governo, novas políticas públicas, alterações no orçamento, controle de inflação, resultados da economia, todos esses pontos impactam de alguma forma a vida da população e é através da imprensa que a maioria das informações se torna de conhecimento público. Mesmo com a internet, o jornalismo, principalmente o televisivo, tem a capacidade de influenciar as massas no posicionamento e tomada de decisões. “A ação da política pode ser considerada em duas modalidades distintas: a propaganda política (mais especificamente, a propaganda eleitoral) e o jornalismo político, embora haja manifestações confundidas de ambas” (SOARES, 2009, p. 268).

As reportagens jornalísticas suscitam credibilidade, dados os pressupostos protocolos profissionais que presidiriam as tarefas de apuração, reportagem e redação. Essa é a percepção da audiência ou dos leitores, embora, como referimos anteriormente, o trabalho jornalístico caracteriza-se pelo agendamento e enquadramento dos acontecimentos e não por ser um mero reflexo da realidade. (SOARES, 2009, p. 269).

Colocar corretamente o jornalismo em prática, mostrando todos pontos, os lados, com uma boa apuração é essencial para a transmissão da informação. Muitas vezes o cidadão não tem conhecimento da dimensão que uma ação do governo pode ter sobre sua vida. Quando o jornalista passa a tratar com naturalidade ações de políticos denunciados e investigados por crimes isso ajuda a desmobilizar a sociedade.

Os veículos de comunicação têm enorme poder nas mãos, o de influenciar a visão dos leitores, telespectadores e ouvintes a partir de um enquadramento. Chong e Druckman (2007) definem a Teoria do Enquadramento (*Framing Theory*) como um processo em que as pessoas desenvolvem uma concepção específica de um problema ou reorientam seu pensamento sobre um problema com base no que foi exibido. Ou seja, dependendo da forma com que uma

informação seja noticiada, ela tem o poder de modificar como a pessoa vai reagir àquela informação.

A pressão dos veículos pela grande quantidade de produção dos repórteres é cada vez mais cruel e deixa o jornalismo mais frágil. A velocidade na produção faz com que os conteúdos se tornem cada vez mais pasteurizados e os jornalistas deixem de lado sua ideologia.

Enxergar o exercício profissional sob a ótica da adequação entre meios e fins é uma forma de resumir o jornalismo a seu aspecto de atividade industrial. Desse modo, concentra-se o foco da análise em torno dos problemas gerados pelas necessidades de obediência a exigências administrativas como os prazos de fechamento e do estabelecimento do que Tuchman chama significativamente de "rituais estratégicos" definidores da prática profissional, que teriam a função primordial de proteger corporativamente a categoria de críticas e processos judiciais.

Não que essas preocupações sejam pouco significativas, mas essa perspectiva esquece a importância política do jornalismo e, por isso, acaba vítima de seus próprios pressupostos, não conseguindo romper o círculo vicioso da análise formalista. Perceber o jornalista estritamente como um "profissional" obediente a procedimentos predeterminados (nos termos em que, não por acaso, as empresas pretendem fazer) é um modo de reduzir sua importância e sua possibilidade transformadora. É um modo de domesticar o ímpeto da crítica e justificar teoricamente aquilo que Licínio Rios Neto certa vez classificou de jornalismo amestrado, praticado por aqueles que "estiveram ontem com o ministro, mas preferiram uísque nas pedras às perguntas incômodas. Em outras palavras, estiveram com o ministro, mas não houve penetração". (MORETZSOHN, 2002, p.12).

O jornalista deve ir além da simples transmissão de uma informação, ele deve ser capaz de mostrar para a sociedade o real impacto de cada parte da notícia. Nutrindo-se de uma boa apuração e evitando ao máximo utilizar apenas as fontes oficiais.

4.3 Orçamento

"O Orçamento Público serve para controlar o que entra e o que sai do cofre do município. Ele transforma-se em lei depois que é discutido e aprovado pelos vereadores e, em seguida, sancionado pelo prefeito" (GOMES E COUTINHO, 2017, p. 45).

Assim como nos municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União também precisam enviar a proposta de orçamento do ano seguinte para ser discutido pelo legislativo estadual ou distrital, no caso dos estados e do DF, ou para a Câmara dos Deputados no caso da União.

Como a UnB é vinculada ao MEC, a área orçamentária da própria universidade elabora a previsão de receitas e despesas e envia a proposta para o Ministério, que pode fazer alterações. O MEC então encaminha para o Ministério do Planejamento, responsável por unir todas as propostas do Executivo e enviar para análise do Congresso Nacional. Os deputados podem fazer emendas a proposta e modificar pontos.

Toda a verba utilizada pelos governantes é obrigada a estar prevista nas leis orçamentárias. No Brasil três leis definem como o dinheiro arrecadado pelo Estado deve ser utilizado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

LDO: Com vigência de um ano, visa assegurar o equilíbrio fiscal das contas públicas. O Projeto de Lei da LDO é elaborado pelo Poder Executivo e define as metas, prioridades, serviços e obras que serão realizados no ano seguinte. É enviado ao Legislativo, que pode fazer emendas e aprová-lo no 1º semestre, para no 2º ser sancionado pelo Executivo. É o elo entre o PPA e a LOA.

LOA: Com referência no PPA e LDO, detalha todas as receitas e despesas para o ano seguinte. A cada dois meses, as estimativas são reavaliadas pelo Executivo para ver se a meta fiscal será cumprida. O desembolso dos recursos deve seguir a LRF. Para cumprir a meta, podem ser reduzidos temporariamente os limites para despesas, ou seja, “contingenciados”.

PPA: Previsto na Constituição, define as diretrizes, estratégias e metas que serão seguidas pelos governos das três esferas ao longo de um período de 4 anos. É elaborado no primeiro ano de mandato de prefeitos, governadores e presidentes. É aprovado pelos legislativos e tem vigência a partir do segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte. (GOMES e COUTINHO, 2017, p.47).

O orçamento é apenas uma previsão de dinheiro, de modo mais claro, ele diz o máximo que cada parte do governo pode gastar. Caso o Poder Executivo não libere verba, os serviços oferecidos pelo governo para a população podem ser prejudicados.

4.4 Despesas

Como o Estado não consegue realizar todos os serviços que necessita, os gestores públicos contratam prestadores de serviços para o bom funcionamento da máquina pública. Depois que o serviço é executado, o Estado precisa pagar as despesas.

Gomes e Coutinho (2017) mostram que o Estado possui dois tipos de despesas, as obrigatórias e as discricionárias. As despesas obrigatórias têm prioridade sobre as demais e, por lei, o gestor público não tem o poder de escolher quanto e como vai executar o pagamento dessas despesas. Alguns exemplos são o salário dos funcionários públicos e os benefícios assistenciais.

As autoras falam ainda sobre as despesas discricionárias, que são aquelas que os gestores podem escolher qual o melhor momento de executá-las, de acordo com os recursos que estão liberados. Essas despesas são destinadas para investimentos, como a construção de escolas e estradas.

Caso o orçamento esteja contingenciado pelo Executivo, os órgãos do governo podem enfrentar dificuldades para pagar as despesas, assim os serviços prestados por terceiros, por exemplo, correm o risco de interrupção por falta de pagamento.

5. Desenvolvimento do produto

5.1 Por que falar da UnB?

Desde criança vivi o ambiente escolar, estudava no colégio público em que minha mãe trabalha. Filho de uma funcionária da limpeza, quase sempre ficava depois da aula à espera da minha mãe. Os vários anos de ensino em escola pública e o ensino médio cursado, com muita gana, em um colégio particular me ajudaram a alcançar, em 2012, a tão sonhada vaga na Universidade de Brasília.

Dentro da UnB procurei viver o máximo de experiências possíveis - pesquisa, ensino, extensão, palestras, movimento estudantil, diversidade. Mudei de curso durante minha graduação na UnB, saí do curso de Administração para o de Comunicação Social. Próximo ao fim da graduação comecei a viver intensamente o jornalismo e a acompanhar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Com Michel Temer no comando do Poder Executivo as medidas impopulares do governo viraram pauta no cenário nacional. O movimento estudantil, que começou a reviver durante o impeachment, se uniu na luta contra a medida mais dura tomada pelo governo, a PEC do teto de gastos, que congela por 20 anos o investimento no setor público. Com a PEC e a proposta de reforma do ensino médio, os secundaristas começaram um enorme movimento de ocupação das escolas públicas. Foram mais de mil escolas e duzentos campi de universidades ocupadas, o auge do movimento foi em novembro, quando a PEC foi aprovada pela Câmara

dos Deputados e seguiu para o Senado Federal. Brasília ficou marcada pelo protesto de milhares de estudantes e trabalhadores.

O amor pela educação, o vínculo com a Universidade de Brasília, a ocupação da UnB e a luta contra os retrocessos nos direitos sociais despertaram a vontade de abordar a difícil situação enfrentada pela Universidade de Brasília através de uma reportagem.

5.2. UnB sem ação

A falta de mobilização da comunidade acadêmica me chamou atenção no início da apuração. Alunos, professores, técnicos e terceirizados demonstram conhecimento sobre a dificuldade enfrentada pela Universidade, mas pareciam não ter noção do tamanho dos cortes. Para se ter uma ideia, a Biblioteca Central teve o orçamento reduzido pela metade, cenário similar ao restante da UnB. A biblioteca teve apenas 500 mil reais para a compra de obras, preservação do acervo e assinaturas de publicações científicas, valor 55% menor do que os 900 mil reais destinados em 2017.

Até o início do segundo semestre eram poucos os eventos voltados para a discussão da crise enfrentada pela universidade. A polarização entre grupos que toma conta do país também está presente na UnB, esse fato enfraquece uma mobilização conjunta das classes presentes na universidade.

Essa espécie de ‘apatia’ dificultou os primeiros passos da produção do produto, que estava muito concentrado nos dados básicos disponíveis (redução de quase 50% no orçamento de custeio e investimento). A impressão que ficou da reitoria nos primeiros meses do ano é de que a gestão confiou em uma mudança orçamentária e na liberação de verbas. Apenas os terceirizados pareciam lutar contra a crise, afinal foram os primeiros atingidos.

5.3. Overdose de informação

Com o início do segundo semestre e o contingenciamento de recursos, a mobilização da comunidade acadêmica tomou fôlego e começou a reagir. A cada dia novas palestras, debates, rodas de conversa, reuniões, apresentações sobre a crise orçamentária da UnB tomaram de conta do campus Darcy Ribeiro. Cobrir tudo era impossível.

Ao assumir o comando da universidade, a reitora Márcia Abrahão já discursava sobre o orçamento reduzido e as dificuldades que a administração superior enfrentaria. O Conselho Universitário (Consuni), órgão colegiado máximo da Universidade, composto por representantes docentes e discentes da UnB, decidiu manter a verba destinada para os

departamentos. Os cortes de gastos seriam feitos em outras esferas, como nos contratos de prestadores de serviços.

Durante o ano de 2017 as informações sobre a falta de verba, os ajustes nos contratos foram entrando cada vez mais na pauta universitária. A notícia da demissão de mais de 200 terceirizados gerou revolta por parte dos trabalhadores e dos estudantes. Os serviços essenciais para o bom funcionamento da Universidade começavam a sofrer o visível impacto dos cortes do governo.

Depois de pressão do Consuni, a administração superior expôs a situação orçamentária da UnB e acendeu o sinal de alerta. A informação passada era de que a Universidade não conseguiria pagar todos os prestadores de serviço do mês de setembro. A informação virou realidade e a UnB convive com atraso nos pagamentos. As notícias ruins são boas para os repórteres, deste modo, minha produção teve um salto. As informações começaram a surgir de forma mais fácil.

5.4. Dificuldades no processo

Desde fevereiro acompanho a situação da UnB. Produzi duas matérias para a Rádio CBN retratando o corte de quase 50% nas verbas de custeio. O anúncio do contingenciamento pelo governo deixou a situação mais complicada e entendimento mais complexo. A UnB perdeu quase metade da verba de 2016 para 2017 e ainda tinha dinheiro retido pelo governo. Apreendi com celeridade que os bloqueios orçamentários variam de acordo com o interesse político e as forças por trás de cada ação.

Os dados de contingenciamento podem variar muito de uma semana para a outra ou permanecer congelados por meses. Passei a encarar a saga dos gestores da UnB com tristeza. Implorar dinheiro para o ministro da Educação para conseguir manter uma universidade federal é lastimável. Acompanhar o vai e vem de verba exige uma dedicação exclusiva, algo impossível para um estudante que estagia por 30 horas semanais, mais que a carga horária diária permitida por lei para os jornalistas.

Os portais de transparência não são claros, chegar até os dados desejados pode demorar dias. Gravar o passo a passo é difícil, muitas vezes fiquei refém de assessores com os dados oficiais, que nem sempre são passados de forma completa.

Nesta fase do trabalho a ajuda dos amigos foi fundamental, os de exatas ajudaram na interpretação dos dados para não cometer equívocos na transmissão da informação. Aos poucos toda a crise ficava mais clara, mas ao mesmo tempo mais complexa.

5.5 Trabalho e estudo

Ter o semestre dedicado apenas para a produção do produto seria ideal, mas infelizmente essa não é a realidade para a maior parte dos estudantes e não é também para mim. Abrir mão do estágio para me dedicar ao TCC era impossível, do mesmo modo que era impossível acompanhar de forma adequada os eventos da Universidade sobre o meu tema.

Estagiar por seis horas entre o início da tarde e a noite se tornou um verdadeiro pesadelo. Toda a minha energia foi sugada pelo estágio, o dia a dia de uma redação de rádio é bastante complexo e imediato. Momentos de folga e respiro são praticamente impossíveis, me restava apenas o final da noite, a madrugada e as manhãs, que aos poucos se tornaram improdutivas.

Falar sobre um assunto do qual não conseguia acompanhar gerava muito medo e receio de fracasso. Teria que abrir mão do estágio na rádio, que enfrentei muita concorrência para entrar, além de não cumprir todo o meu contrato? Seguir em frente e levantar a cabeça para enfrentar as dificuldades foi a opção escolhida. Neste momento alguns repórteres e minha namorada foram muito importantes para a manutenção do equilíbrio.

Pouco a pouco o trabalho avançava e no trabalho eu negociava a inversão do turno de trabalho para acompanhar eventos que considerei chave para a elaboração do projeto. Junto a isso, consegui duas semanas de férias na reta final, tempo essencial para me dedicar à produção do memorial, à realização de entrevistas, acompanhar eventos sobre a crise na universidade e participar das reuniões como representante do Centro Acadêmico de Comunicação.

Devido ao grande volume de informações captadas passei por alguns dias de total improdutividade, meu cérebro não conseguia processar todas as informações para colocar no papel. O suporte da minha orientadora foi fundamental, meu cérebro precisava descansar. Quase todas as entrevistas e informações necessárias já estavam captadas e armazenadas, faltava apenas uma melhora na saúde mental, que veio com dois dias de descanso em uma chácara.

Consegui finalizar o memorial, que era meu maior temor, pela dificuldade que possuo com a linguagem acadêmica. A reportagem, que estava apenas com duas páginas no fim de outubro, ficou por último, ainda tinha uma entrevista fundamental para fazer, a reitora. Apesar de ter ficado por último, a reportagem ficou mais clara com a finalização do memorial. Era só colocar no papel o amor que tenho pela UnB. A cada trecho escrito pensava se as próximas gerações conseguirão ter intensidade das vivências que tive e aproveitar ao máximo uma UnB forte, universidade pública, gratuita e de qualidade. Resta a esperança.

5.6 Entrevistas

As entrevistas com fontes oficiais foram negociadas por telefone e agendadas por e-mail, exceto a do Seu Izaias, que pela facilidade de acesso não foi preciso agendar previamente e a do pesquisador Leonardo Paterno, agendada por telefone.

Para não perder nenhuma fala das fontes, todas as entrevistas foram gravadas. Utilizei um celular para facilitar a captação dos áudios. Depois de finalizada a entrevista, o arquivo era enviado para o Google Drive. Em sites de conversão de formato online eu convertia os arquivos para o formato mp3.

Antes de cada entrevista eu anotava algumas perguntas que considerava essenciais para os entrevistados. Não é possível prever todas as perguntas, já que cada entrevista tem um caminho próprio.

Fiz as entrevistas nos locais sugeridos pelos entrevistados, normalmente em suas respectivas salas. A entrevista com a reitora foi acompanhada por uma assessora, que ajudou a encontrar dados e conseguir mais informações.

6. Considerações finais

Produzir uma reportagem sobre a minha universidade me mostrou a real ligação que possuo com a UnB, que sempre me fez brilhar os olhos. Transformar em texto a crise orçamentária da UnB me fez reviver os difíceis e felizes dias de ocupação, mesmo com todo o temor.

Entender a questão orçamentária é algo extremamente complexo, mas não é por isso que a sociedade deve deixar de fiscalizar seus governantes, principalmente os ilegítimos. Um pequeno gesto do governo ou uma assinatura pode de forma rápida decretar o início de um processo de sucateamento das universidades e levar a privatização, deixando o acesso a educação mais uma vez elitizado.

Aprendi ao longo deste trabalho que não é possível falar da UnB apenas observando a estrutura e a movimentação financeira. Falar da UnB é reconhecer a história, contar as histórias e celebrar o trabalho de todos que fazem a Universidade ser o que ela é. A UnB é a união das pessoas.

Lutei para que a PEC do teto de gastos não fosse aprovada, ocupei minha universidade, ajudei meus pares, conseguimos levar o debate da PEC para a sociedade, mesmo sabendo que ela seria aprovada por um Congresso atolado em denúncias e escândalos.

Não podemos jamais falar que a luta não adianta, ela é a única capaz de promover a mudança. A Universidade de Brasília passará anos difíceis caso a emenda do teto de gastos não

seja revista. Os alunos, os pesquisadores, os professores, os terceirizados e a sociedade vão sofrer os impactos. A Universidade de Brasília foi criada através de lutas e ideais e vai sobreviver.

Silva (2014) afirma que os campos do jornalismo e da história se entrecruzam e se complementam. “Assim como a convicção de que os resultados do entrecruzamento levam a outras dúvidas e perguntas, que exigem novas pesquisas, se se quiser obter respostas capazes de formar conjuntos significativos de momentos históricos. A convicção se mantém” (SILVA, 2014, p. 58). As reportagens envelhecem, mas são a história do presente. Que as tentativas de implementar retrocessos na Universidade não se concretizem.

7. Referências

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. Framing theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, v. 10, p. 103-126, 2007.

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Censo. Resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira, 2014.

GOMES, Ana Elizabeth de Almeida; COUTINHO, Joyce Del Frari. *Guia transparência e orçamento público: exercício para a cidadania*. 1. ed. Brasília: FJM, 2017.

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Acesso em, v. 13, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, 2005.

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. *Anais do IX Encontro Anual da Compós*, 2002.

PEREIRA, Fábio Henrique. *Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2004.

SILVA, David Renault da. Entre o Jornalismo e a História, o resgate do Presente. In MOURA, Dione et al. *Jornalismo e literatura: Aventuras da memória*. 2014.

SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. 2009.

8. Anexos

8.1. Cronograma

Produto

Ideia do projeto: maio de 2017

Leituras: fevereiro a outubro de 2017 (comecei a estudar o tema antes de definir o projeto)

Apuração: maio a novembro de 2017

Entrevistas: setembro a novembro de 2017

Elaboração do memorial descritivo: setembro a novembro de 2017

Produção da reportagem: setembro a novembro de 2017

Apresentação do produto para a banca: novembro de 2017

8.2 Orçamento

Palestras e debates: gratuitos

Documentos e referências: disponíveis online

Livro A universidade interrompida: Brasília 1964-1965; presente

Impressão e encadernação do memorial e produto:

8.3 Roteiro do produto

Dar publicidade às medidas políticas que estão sendo implementadas pelo governo Temer nas universidades federais brasileiras e levantar o debate sobre o risco que a universidade corre de perder a autonomia num futuro próximo.

O que a UnB passou ao longo de 2017?

Qual é o cenário no último trimestre?

Quem está sofrendo com os cortes orçamentários na universidade?

Como os terceirizados estão sendo impactados?

O que deve sobrar para as próximas gerações de técnicos, docentes, discentes, terceirizados e comunidade?

Como os pesquisadores estão enfrentando as dificuldades?

Qual a perspectiva para os próximos anos?

Qual o passado da UnB em relação ao sucateamento?

Reportagem

UnB e o risco de sucateamento com os cortes orçamentários

Ainda é madrugada quando o celular de Eudes Izaias da Silva toca. Às 3h40 da manhã ele levanta, se arruma, toma um café e parte em direção ao trabalho. Deste ponto em diante são dois ônibus e um trajeto de cerca de 40 km de Santa Maria até o destino, a Universidade de Brasília (UnB). Seu Izaias, como é conhecido por todos da Faculdade de Comunicação (FAC), gosta de chegar cedo ao trabalho. Entra às 7h da manhã, mas por volta de 6h30 já é possível encontrá-lo próximo às dependências da FAC, onde ele fica até o fim da tarde.

Conhecido pela gentileza e os bons papos, ele trata a todos de forma igual, sem distinção. Seu Izaias achava estranho o modo como o funcionário que ocupava o posto antes dele tratava as pessoas, sem dizer nem um 'bom dia'. Quando assumiu o posto na FAC, começou a falar com todos “eu sou diferente, procuro me aproximar das pessoas, comecei a brincar com as pessoas, passei a decorar os horários dos professores, decorar o nome de todos os professores, quando os calouros chegam começo a brincar com eles, aí eles tiram essa ideia, porque tem aluno que tem medo de mim, por causa da minha aparência, mas eu não sou bravo, sou brincalhão”.

São mais de sete anos como porteiro na UnB, sempre com os olhos atentos, de quem já viu muita coisa ocorrer pelos corredores da universidade. Sempre atrás de um balcão de compensado de madeira, com uma garrafa de água, uma térmica com café, um jornal do dia, normalmente levado por alunos ou professores, e um monitor com as imagens das câmeras de segurança da FAC.

Quase nenhum detalhe passa despercebido por aqueles olhos, mas uma movimentação em especial toma conta da cabeça do Seu Izaias, os burburinhos sobre a incerteza de permanência no emprego de porteiro. Ele não sabe se nas próximas semanas estará sentado na mesma cadeira, atrás do balcão de compensado de madeira em uma das entradas da FAC.

O medo do desemprego tem motivo, é por causa das demissões de terceirizados na UnB. Pelo que chega aos ouvidos do Seu Izaias, os porteiros devem ser os próximos da lista de demissões, que já passou pelos funcionários da limpeza e da jardinagem. “Tem pessoas aqui que vivem única e exclusivamente com esse dinheiro, mães solteiras, que têm que pagar aluguel, pessoas que realmente sobrevivem com esse salário. Eu ainda tenho meus filhos que me ajudam, mas para os colegas a situação é complicada”.

Seu Izaias é apenas mais um trabalhador entre as centenas de terceirizados que prestam serviços para a Universidade, e como todos, teme pela demissão.

A incerteza e o medo também estão presentes na rotina de Leonardo Paterno, pesquisador responsável por um dos laboratórios do Instituto de Química da UnB. Atualmente ele coordena dois projetos de pesquisa. Leonardo reconhece que nos últimos anos a maré para os pesquisadores estava boa, mas de 2015 para cá o investimento do governo começou a secar: “nós, pesquisadores, experimentamos uma safra muito boa de recursos. O que importa para nós é a certeza de que agora o recurso vai ser pago, esse é o grande problema”, conta Paterno.

O pesquisador disse que as mudanças foram acontecendo aos poucos, primeiro diminuiu o número de bolsas para os estudantes, principais responsáveis pelo andamento das pesquisas. Em seguida, a verba dos editais do Governo Federal foi diminuindo. Hoje, as bolsas para os estudantes são raras, a maioria faz a pesquisa de forma voluntária. Ele diz que os editais federais estão mais difíceis e os pesquisadores não têm certeza se o dinheiro vai chegar “a gente solicita também as bolsas, que é outro aporte, esse está seriamente comprometido, como não tem recurso, cortam as bolsas. A previsão é de que no ano que vem não tem recursos para pagar as bolsas de iniciação científica, alunos de graduação que começam lá em baixo”, lamenta o pesquisador. Ele teme que essa diminuição no número de bolsas tire o interesse dos alunos. “Quem faz a pesquisa bombar são os alunos, não sou eu quem vou para bancada, se não tiver mão de obra e for atrativo para eles, não tem como”.

Apesar da diminuição na verba, Paterno se orgulha em dizer que o laboratório dele é bem administrado, ele afirma que a equipe conseguiu gerir bem os recursos, aproveitou quando a maré estava boa e garantiu verba e equipamentos. Agora, ele diz que o laboratório e as pesquisas sobrevivem graças a gestão da verba pública. “A gente faz um malabarismo sim, porque primeiro é recurso público, a gente preza demais por coisa pública. Essa é a mensagem para os meus alunos aqui, é inadmissível o aluno ir para a bancada sem ter planejado o experimento, faz errado e gasta reagente, não pode. É recurso público, é da população, tem que usar da melhor maneira possível”.

Ele diz que os editais para financiamento das pesquisas diminuíram no âmbito Federal, dessa maneira, resta para os pesquisadores os editais regionais. Uma das principais fontes de verba são as fundações, como a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (Fap - DF) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec).

O professor ressalta que não pode reclamar muito pelo grande investimento que recebeu nos últimos anos, mas ele pede um plano nacional para o investimento na pesquisa. “Nos últimos seis anos não tenho o que reclamar de aporte financeiro. Agora, como a verba é menor, a concorrência aumenta e é mais difícil vencer os editais”.

Os casos do Seu Izaias e do pesquisador Leonardo Paterno são apenas dois que existem no atual cenário da UnB. É que desde o início de 2017 a universidade passa por uma crise orçamentária e financeira. De 2016 para 2017 teve 45% da verba total de custeio e 46% da verba de investimento da União reduzidas.

As verbas de custeio e investimento são as responsáveis pelo andamento da universidade, desde o corte do mato alto até um novo programa nos computadores de um laboratório para os alunos ou melhoria dos projetos de extensão, deixando a universidade mais acessível para a população.

Reduzir quase pela metade o orçamento da UnB significa que a universidade tem menos dinheiro para manutenção e prestação de serviços, como limpeza, jardinagem e portaria. Além de não poder investir na compra de obras literárias, a construção de novos prédios e equipamentos para laboratórios.

Os medos e receios do Seu Izaias e do Leonardo Paterno se juntam aí. O porteiro pode ser demitido pela revisão contratual da UnB com a empresa pela qual ele é contratado, e o professor concursado da universidade pode ter suas pesquisas interrompidas e o laboratório defasado tecnologicamente. Cada um em um extremo da UnB, um sem a garantia do emprego e o outro com a carreira em jogo.

A UnB recebe dinheiro de duas formas, dos cofres da União ou vindos de arrecadação própria, como os aluguéis, multas da biblioteca, consultorias, direitos autorais, pesquisas encomendadas por terceiros. Qualquer dinheiro que a universidade queira usar precisa ser autorizado pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê todas as receitas e despesas dos órgãos públicos e é aprovada anualmente pelo Congresso Nacional. Esta lei limita o que o governo pode liberar para a universidade e aí incluem-se os recursos da União e os arrecadados pela própria universidade - ou seja, o Governo Federal é uma espécie de pai, o filho tem o dinheiro, mas o pai é quem autoriza o momento e a forma como o dinheiro pode ser gasto.

A decana de planejamento e orçamento, Denise Imbrosi, é a responsável pela coordenação e distribuição da verba da universidade. As ações planejadas pela equipe dela norteiam o andamento da UnB. O decanato comandado por ela é o responsável pelas revisões contratuais, um dos maiores medos do Seu Izaias. Imbrosi lembra que os contratos de vigilância e portaria ainda não foram revistos. A projeção dela é uma economia de pelo menos R\$ 10 milhões por ano com as alterações contratuais “nós estamos muito além da nossa capacidade de pagamento”, diz a decana. Ela afirma que a universidade está buscando alternativas para aumentar a verba da UnB, como a modificação dos valores do orçamento e emendas

parlamentares, mas o Ministério da Educação (MEC) deve liberar a verba total de custeio e 60% da de investimento.

A UnB começou 2017 com orçamento previsto em R\$ 264 milhões para uso em custeio e investimento, R\$ 162 milhões da União e R\$ 102 milhões de recursos próprios. Com o contingenciamento feito pelo Governo Federal, 85% da verba de custeio foi liberada até outubro, a promessa do MEC é liberar 100%. Já a verba de investimento, teve apenas 60% do montante liberado, os 40% restantes devem permanecer retidos pelo governo com o contingenciamento de despesas.

Além da redução orçamentária e do contingenciamento, outro ponto preocupa a gestão da UnB, o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe), responsável pela aplicação de certames em todo o país. Durante muitos anos, o Cespe foi a principal fonte de renda da UnB, mas desde 2013 se tornou uma dor de cabeça para a universidade. Por recomendação do TCU, a universidade não poderia ter um órgão como o Cespe, por não condizer com a função principal da UnB.

A alternativa encontrada pelos gestores da Fundação Universidade de Brasília e do MEC foi transformar o órgão da UnB em uma organização social denominada Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), que deixou de ser da UnB e virou de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Com essa mudança, de 2014 para 2017 a UnB teve uma queda bruta na arrecadação, passando de cerca de R\$ 355 milhões para cerca de R\$ 100 milhões. Hoje a Universidade recebe apenas uma quantia simbólica pelo empréstimo do patrimônio humano e material, além de parte do lucro. Nenhum centavo foi pago, em forma de ressarcimento, à UnB pela transferência do Cespe para a União, a Universidade apenas perdeu a principal fonte de captação de recurso próprio.

A decana teme a continuação do cenário difícil em 2018 “no ano que vem, nosso orçamento (de recurso próprio) será de R\$ 110 milhões, então provavelmente nós vamos estourar também. A gente pediu de orçamento R\$ 168 milhões. Para pedir o orçamento, a gente tem que comprovar a origem da receita, a gente comprovou, mas o orçamento veio menor, R\$ 58 milhões a menos do que a gente pediu. Então não vamos ter uma situação muito simples no ano que vem. É maior do que o desse ano, mas é menor do que a capacidade da UnB de gerar recurso próprio”.

Pesquisas em xeque

A verba destinada para a pesquisa nas universidades federais vem de diversas fundações de apoio, as principais são a Capes, o CNPq e a Finep. Os cortes orçamentários feitos pelo Governo Federal também atingiram os editais de pesquisa dessas instituições. A decana de Pesquisa e Inovação, Maria Emília Walter, diz que diversos pesquisadores da UnB reclamam da falta de verba. Os principais atingidos, segundo ela, são os das áreas de exatas e tecnologia e vida e saúde. Segundo a decana, o principal problema é a falta de recurso para a compra de reagentes “o cenário hoje não é o mesmo de 10 anos atrás, quando tinha recursos para a pesquisa”.

Ela afirma que, este ano, a UnB recebeu cerca de 700 mil reais destinados para a pesquisa, já que o montante principal para as pesquisas vem dos editais de fomento. Esse dinheiro da UnB é destinado para o pagamento de taxas de publicação em periódicos, participação em congressos e livros.

Maria Emília diz que nem sempre se alcançam os resultados esperados quando se planeja a pesquisa, mas o que é obtido durante o processo supera o dinheiro investido. Ela critica a redução dos recursos investidos pelo Governo Federal na área. Para ela, a ideia de deixar apenas as empresas privadas para financiarem as pesquisas não é o cenário ideal, pois o mercado é movido pelo interesse próprio e não possui dinheiro suficiente para bancar as pesquisas. “O grande problema é a base do parque científico e tecnológico instalado no país que está sofrendo, que vai sofrer. (A redução de verbas) prejudica diretamente o desenvolvimento do país em todas as áreas, tanto social, quanto político, quanto tecnológico, tudo. Porque as universidades públicas estão na base. Mesmo que os alunos pagassem mensalidade, esse dinheiro está muito longe para sustentar pesquisa”, afirma a decana.

A decana classifica como desastre a redução de verbas para o campo de pesquisa “você dificilmente atrai um aluno em condições muito ruins. A gente ainda consegue manter, porque não houve o corte das bolsas a curto prazo, mas se as medidas que estão sendo anunciadas vierem (como especulação da implantação de organizações sociais nas universidades federais), isso é um desastre, não tem outro nome. Você tira a base de sustentação de tudo o que a gente construiu durante 50 anos, é um desastre, não é imediato, mas ao longo do tempo... é uma falta de visão estratégica desses governos que é uma questão lamentável”.

O plano da universidade para diminuir os impactos dos cortes é o compartilhamento de espaços. Uma comissão está colhendo dados sobre a estrutura dos laboratórios para saber quais projetos são parecidos e como podem se ajudar. Assim, incentivando a multidisciplinaridade a UnB espera diminuir o impacto nas pesquisas. “Você passa a compartilhar, então várias pessoas

passam a manter um ambiente, não precisa ser fisicamente. A gente está vendo se consegue distribuir pelo campus. É um modelo mais virtual do que físico”, diz a decana.

Lembranças de um passado recente

O corte orçamentário pode aparentar ser apenas uma redução de número, mas na prática os efeitos para a universidade podem ser caóticos.

A professora Raquel Nunes foi secretária geral e presidente da Associação dos Docentes da UnB (Adunb) durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula respectivamente. “Logo que o governo FHC assumiu ele pegou direto nas universidades”, afirma Raquel. Ela conta que o governo FHC paralisou a contratação de servidores, reduziu o direito dos professores nos contracheques, congelou os salários e mudou a forma de gratificação.

A Gratificação de Estímulo à Docência (GED), instituída pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, permitia que cada professor acumulasse até cem pontos, a pontuação era transformada em salário. Mas nem todos os professores poderiam atingir a pontuação máxima. Com o passar dos anos, a GED foi modificada e desconfigurada, minimizando os efeitos.

Para a professora, a mudança na forma de conquistar as gratificações mexeu com a relação entre os docentes, que começaram a competir entre si para ter maior pontuação e receber mais no fim do mês. “Na minha leitura, isso começou a fragilizar as relações dentro da universidade. Quando a gente ia discutir lista de oferta, todo mundo queria dar tudo, todo mundo queria cobrir o salário. Foi a coisa mais perversa que o presidente Fernando Henrique fez com os professores”.

A docente lembra que ainda no início da década de 90 houve uma tentativa de privatizar as universidades federais, mas sempre esbarrou na resistência dos movimentos sindicais e da comunidade acadêmica. O ministro de Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, propôs a instituição de organizações sociais para comandar as universidades federais. A proposta não saiu do papel. “O projeto era que a UnB fosse a primeira universidade a adotar essas organizações sociais”, conta Raquel. Ela acredita que a mobilização dos movimentos, que estavam atentos desde o impeachment de Collor, impediu a implementação do projeto de privatização. Para ela a economia para o Estado seria grande, por isso alguns políticos desejam a privatização.

Uma das ações do governo FHC foi a extinção de cargos. A professora diz que a manutenção da universidade começou a sofrer com problemas de estrutura, por conta do baixo

número de funcionários. “Como a universidade não estava recebendo as verbas para manutenção, começou a ficar difícil. No início da década de 90, muitos cargos foram extintos, a UnB tinha marcenaria, eletricitista, encanador, pedreiro, tudo isso ela fazia. Vários móveis foram feitos dentro da universidade. Aí o governo bloqueou os concursos, não podia mais fazer concurso, as pessoas iam se aposentando e a universidade estava ficando sem pessoal, os cargos estavam sendo extintos”, conclui. Com a extinção dos cargos, a universidade precisou contar com os serviços terceirizados. Assim o custeio da UnB ficou mais caro. Todas as despesas dos funcionários são arcadas pela universidade.

A professora afirma que as mudanças na universidade durante o governo FHC, definidas por ela como “mudanças neoliberais”, começaram a desmobilizar os novos professores, porque eles não tinham dimensão da história e entravam com uma nova cabeça, adaptada ao novo cenário, mais individualista. Para ela, os professores também começaram a trabalhar em casa na década de 90, e com isso os alunos perderam o acesso ‘cara a cara’ com os professores.

Ao pensar no futuro da UnB, Raquel prevê tempos difíceis e critica a falta de mobilização da comunidade. “Na atual situação do país, não era para ninguém estar em sala de aula. A gente tenta reunir os grupos, mas não consegue. A universidade está pior hoje do que estive na era do Fernando Henrique Cardoso, porque na era do FHC tiveram cortes, mas ainda tinham pessoas para lutar por ela. Aquilo que foi feito (melhorias nas universidades federais) em dois governos Lula e um Dilma praticamente se perdeu. Hoje nós vivemos diariamente com o terror da privatização nas nossas cabeças”. Para a professora, há um projeto de sucateamento da universidade, tirando as condições de crescimento dela.

Era de expansão

Em 2000, o Brasil tinha 40 universidades federais. Em 14 anos, o número de universidades aumentou quase 60%. O país possui hoje 63 universidades espalhadas por todo o território nacional. Em 2007, o então presidente Lula criou, através de decreto, um plano para expansão e reestruturação das universidades federais. O programa, conhecido como Reuni, trouxe melhorias na qualidade das universidades e aumentou a oferta de cursos e de vagas.

Os principais pontos do Reuni são: maior número de vagas abertas pelas universidades federais; a reestruturação acadêmico-curricular das instituições; a renovação pedagógica da educação superior, com o aumento da interação entre a educação básica, profissional e tecnológica, a atualização dos métodos de ensino e aprendizagem e a melhora da capacitação pedagógica; o suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos

cursos de graduação; a melhoria do compromisso social das instituições, com políticas de inclusão, assistência estudantil e políticas de extensão universitária; e também a melhoria da mobilidade intra e interinstitucional, com o aumento da mobilidade estudantil entre as universidades, com aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas. Uma das contrapartidas do programa era a criação de vagas no período noturno pelas instituições. Assim, quem precisa trabalhar durante o dia também poderia cursar o ensino superior.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2014, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre 2003 e 2014 o número de alunos matriculados registrou aumento de 96,5%, passando de 3,9 milhões de matrículas para 7,4 milhões. Quase um terço dos alunos estudam em instituições públicas, 28%, desse total, 17% em federais.

A expansão e o sistema de cotas sociais e para negros tornaram as universidades mais acessíveis para os mais pobres. A implementação das cotas sociais nas universidades federais começou em 2013, com 12,7% das vagas. O percentual passou para 25% em 2014, subiu para 37,5% em 2015 e alcançou o patamar de 50% em 2016. As vagas para os cotistas são distribuídas de acordo com a proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um dos pontos da lei que ajuda a garantir a abertura para os mais pobres reserva aos estudantes com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita 50% do total das cotas.

Dados do Observatório da Vida Estudantil da UnB mostram que a ampliação do sistema de cotas já trouxe uma alteração no perfil dos estudantes da Universidade. Hoje, a maioria são pretos e pardos. Em 2012, 42,6% dos ingressantes se autodeclararam preto ou pardo. Esse número aumentou para 50,6% no segundo semestre de 2017. Já o número de brancos caiu de 53,6% em 2012 para 46,5% em 2017.

Resistência estudantil

Diante das dificuldades enfrentadas pela universidade nas diversas esferas, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) criou o Comitê em Defesa da UnB, que tem como pauta principal a luta contra os cortes na universidade. Fazem parte do comitê a ADUnB, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

(Fasubra), o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (Sintfub), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e parlamentares do legislativo distrital e federal.

O comitê foi o principal movimento do DCE contra os cortes. A mobilização dos alunos, que estava alta no fim de 2016 com as ocupações, caiu. Quase não se viu pela universidade protestos contra a situação. Palestras e debates promovidos por alunos, departamentos e institutos tiveram maior força. A falta de ação da comunidade acadêmica como um todo endossa a fala da professora de psicologia Raquel Nunes: “eu não sei se a comunidade acadêmica tem total compreensão do que está acontecendo, porque ela está muito silenciada”, disse.

A coordenadora geral do DCE, Katty Hellen, garante que a repercussão do comitê está sendo positiva entre professores, centros acadêmicos, técnicos e terceirizados, mas para ela, os estudantes ainda não estão mobilizados. “Os cortes não afetaram, em si, a dinâmica da universidade como um todo ainda”, afirma Katty. A coordenadora acredita que os Centros Acadêmicos (CAs) dos cursos são fundamentais na luta contra os cortes “Os estudantes vão conseguir se mobilizar mais quando os cortes estiverem mais evidentes. Acho que os CAs têm tido um papel muito importante e podem contribuir muito para essa mobilização, já que estão mais perto das bases dos estudantes”.

Futuro em risco?

Formada na UnB, a reitora Márcia Abrahão assumiu o comando da Universidade no fim de 2016, durante as ocupações. Desde o início, o discurso feito pela reitora era de tentar organizar as contas da universidade e planejar 2017. Com o passar do tempo, a gestão teve noção do corte orçamentário que a instituição sofreria. Em algumas matérias veiculadas na imprensa no começo do ano, a reitora disse que as dificuldades que estariam por vir seriam grandes. Reuniões com a equipe financeira da UnB, com o ministro da Educação, Mendonça Filho, e com funcionários do MEC viraram rotina na busca por recursos.

A reitora diz que o MEC fez poucas mudanças no orçamento da UnB ao longo do ano, deixando o orçamento praticamente estável. Ela afirma que a universidade está atrasando o pagamento de algumas despesas para o próximo ano. “Esses fornecedores têm que ter tranquilidade, porque nós vamos pagar. Se em um mês a gente tem R\$ 10 milhões para pagar, o MEC só repassa R\$ 6 milhões para a gente, o MEC justifica que repassa o que recebe. A gente tem pago, mas com atraso”.

Questionada sobre o como esses atrasos podem afetar as contas em 2018, Márcia Abrahão é enfática: “vai sobrecarregar”. Ela lembra que de 2016 para 2017, a UnB deixou uma

parcela do orçamento como restos a pagar, uma forma que a universidade tem para transferir recursos de um ano para o outro. “Para 2018, não vamos ter essa transferência de orçamento. Isso vai onerar, sim, 2018”.

Ela afirma que abriu as contas da UnB desde o início, levando as discussões para os conselhos, fez audiências públicas, e criou uma comissão e uma câmara aumentando a transparência e se posicionando com a imprensa. A reitora critica a baixa mobilização da comunidade universitária, que ela define como tímida e apática. “Os únicos movimentos que foram feitos com relação a essa situação foram feitos a partir da administração. Não vi os sindicatos fazendo nada. Fizeram uma audiência que trouxeram uma parte da bancada (dos deputados federais), que foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores de UnB e pelo DCE, a Adunb eu não vi grandes movimentações”.

Para a reitora, o Governo Federal está insatisfeito com as manifestações públicas que ela tem feito na imprensa. Mesmo assim ela critica “quando cai o investimento dessa maneira (o Governo Federal), está sinalizando que não quer que as universidades cresçam, que não quer que as universidades invistam para a melhoria da qualidade. Agora, ao mesmo tempo, quando o governo não deixa nem a gente usar nossa arrecadação própria, isso não é nem privatização, está limitando o nosso poder de sobreviver.” Questionada se os cortes orçamentários sinalizam uma tentativa de privatização das universidades federais, ela critica a forma como o governo está gerenciando o orçamento das universidades “ele nem dá dinheiro e nem deixa a gente usar o nosso, é muito mais grave do que isso, é enfraquecimento das universidades públicas federais.”

Márcia Abrahão lembra que 2017 é o ano base para o Teto de Gastos Públicos, que vale para os próximos 20 anos. Para ela, o teto para as universidades federais precisa ser revisto “com o teto de orçamento e o aumento natural do orçamento de pessoal (gasto com a folha salarial que cresce anualmente), cada vez reduz mais o orçamento de custeio e investimento. Então, a situação dramática é a gente não ter recurso para as nossas despesas básicas.”

O orçamento previsto no projeto da lei orçamentária anual de 2018 para a UnB tem mais diminuição. O MEC reduziu em 52% a previsão de verba de investimento na UnB, que caiu de 58 milhões em 2017 para 28 milhões em 2018. Esse rombo poderia ser maior caso a UnB dependesse apenas do dinheiro repassado pelo MEC. Dos 28 milhões previstos para investimento, apenas 8 milhões serão fornecidos pelo governo federal. Os outros 20 milhões são de recursos próprios da UnB.

Já a verba de custeio tem previsão de um aumento de 6%. Mas esse percentual é graças aos recursos próprios da UnB, pois a verba que deve sair dos cofres da União será reduzida em 2% em comparação com 2017.

O MEC não atendeu os pedidos de entrevista da reportagem e disse em nota que não existe nenhum projeto ou estudo para mudança do modelo de administração das universidades federais. Afirmou que segue orientações técnicas do Ministério do Planejamento para estabelecer o limite de receitas próprias da UnB.

O órgão ressalta que a liberação do limite de recursos próprios pode afetar a relação déficit x superávit primário do país e que todos os órgãos e unidades do Poder Executivo estão sujeitos às legislações fiscais. E que um eventual excesso de arrecadação somente pode ser utilizado mediante o cancelamento de alguma outra dotação, não podendo ser utilizado além do limite estabelecido.

O MEC disse ainda que se esforça para garantir a ampliação dos limites orçamentários e financeiros junto aos ministérios responsáveis pelas políticas orçamentária e financeira do Governo Federal. A nota termina apoiando um Projeto de Lei que permite a criação de Fundos Patrimoniais (*endowment fund*) pelas universidades federais, para aumentar a entrada de recursos próprios.

Procurada para falar sobre a baixa mobilização dos docentes, a baixa presença nos eventos do Comitê em Defesa da UnB e a não convocação de assembleia, a Associação dos Docentes da UnB (Adunb) não respondeu os pedidos de entrevista e nem os questionamentos da reportagem.

Sobre o medo de demissão do Seu Izaias, personagem do início da reportagem, a reitora Márcia Abrahão não sinaliza de forma positiva: “enquanto continuar o aperto, nós temos que cortar de alguns lugares”, conclui a reitora.

Nota pé: No dia 05 de dezembro o Ministério da Educação anunciou que vai liberar 100% da verba de custeio para todas as universidades federais, mas não falou sobre a verba de investimento, que continua bloqueada.

Box e gráficos

Como funciona o orçamento da UnB?

Todo ano a UnB elabora o orçamento para o ano seguinte. O documento contém a previsão de arrecadação e de despesas da instituição. A universidade precisa comprovar os gastos e quais

as fontes de arrecadação, para não ficar apenas no campo especulativo. Os dados são enviados para o MEC que faz ajustes e encaminha o orçamento da Educação para o Ministério do Planejamento, que elabora o orçamento de todo o Governo Federal. Por último, o projeto da Lei Orçamentária Anual é encaminhado para o Congresso Nacional que precisa votar o texto, obrigatoriamente, até o final do ano.

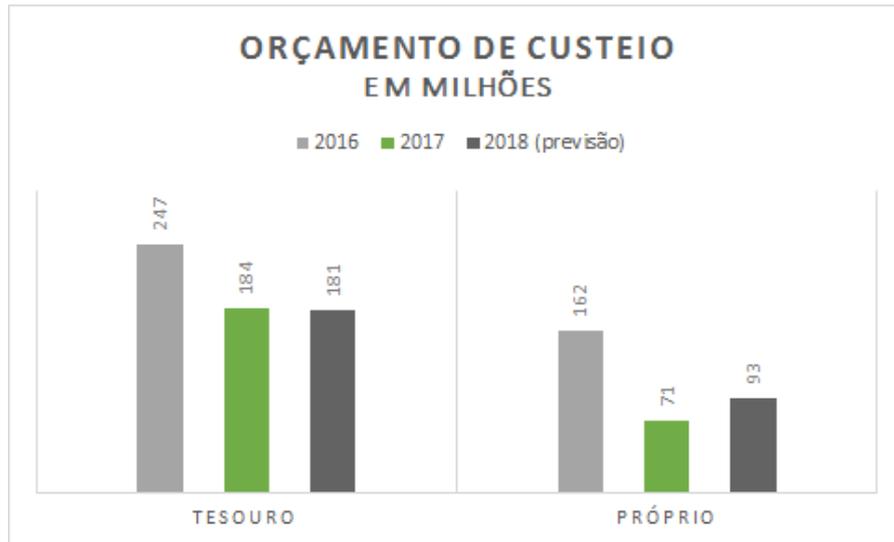
Aumento da carga de trabalho para os terceirizados

Muitos terceirizados perderam o emprego com a revisão dos contratos das empresas prestadoras de serviço. Com isso, o trabalho para quem não perdeu o emprego aumentou. Cada funcionário da limpeza tem um limite máximo de m² para limpar por dia. Por exemplo, antes, um funcionário da limpeza era responsável por limpar quatro salas todos os dias e outro trabalhador limpava mais quatro salas. Agora, apenas um funcionário limpa as oito salas. Para não ultrapassar o limite máximo de m² permitidos, a limpeza é feita em dias alternados: segunda, quarta e sexta ele limpa quatro salas, enquanto terça, quinta e sábado ele limpa outras quatro. Na teoria, o funcionário fica dentro do limite diário de m² permitido, mas, na prática, a área dobrou.

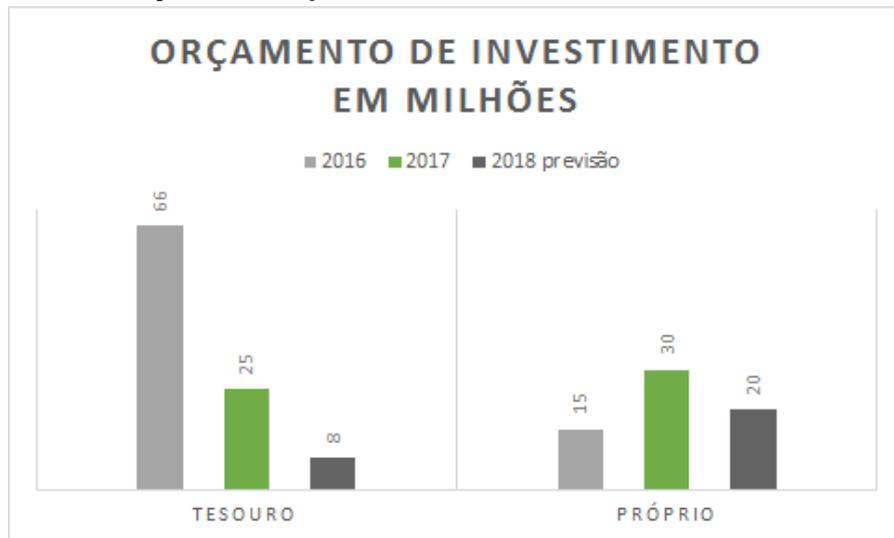
Bolsista sem bolsa

A estudante de Ciência Política Karleany Gonçalves aguardava a liberação de uma bolsa remunerada para pesquisa em 2017, valor pouco maior que 400 reais mensais. Ela faz parte de uma linha de pesquisa com cerca de 15 alunos. O orientador da pesquisa conseguiu 3 bolsas por um edital de pesquisas da FAP-DF e solicitou uma bolsa diretamente para a UnB. Mesmo com a linha de pesquisa alcançando nota máxima na avaliação da UnB, nenhuma bolsa foi liberada. Na época do pedido, em 2016, Karleany fazia parte da assistência estudantil, ela recebia uma bolsa que a ajudava a permanecer na universidade. Com a esperança de conseguir a bolsa de pesquisa, ela optou por não renovar a assistência estudantil, para que outro estudante fosse contemplado com o auxílio. Diante da negativa para a bolsa de pesquisa, Karleany ficou apenas com o salário de estagiário do Executivo, que é de 520 reais. Durante meses ela ficou no aperto financeiro até conseguir um estágio que pagasse melhor. Karleany se forma no fim de 2017 e encerra seu ciclo na UnB como estudante e pesquisadora voluntária.

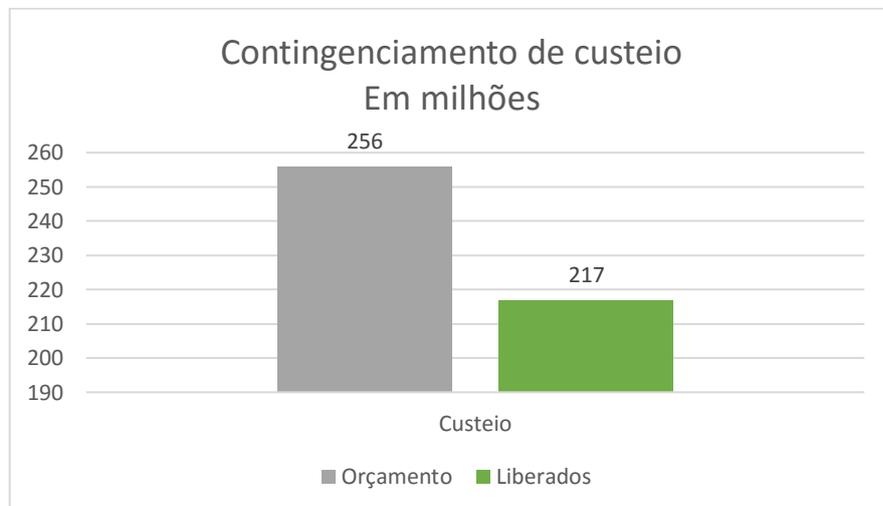
Gráficos



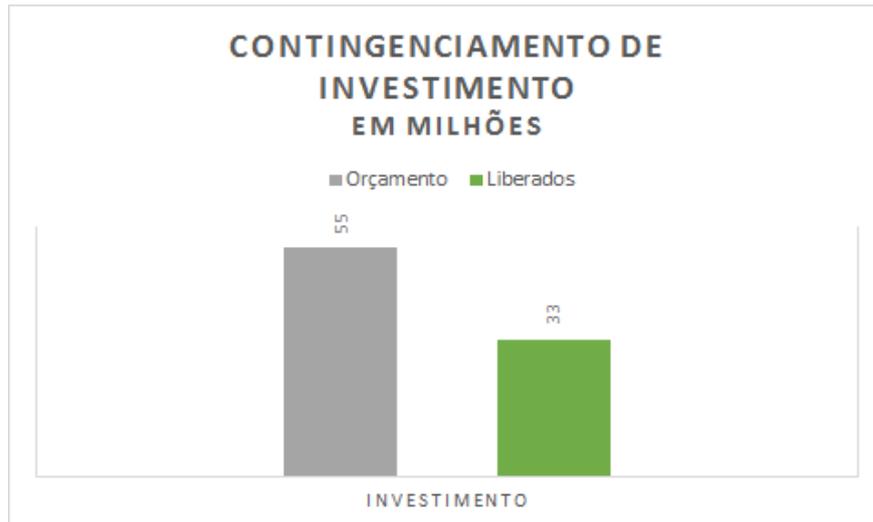
Comparativo do orçamento de custeio da UnB entre 2016 e 2018.



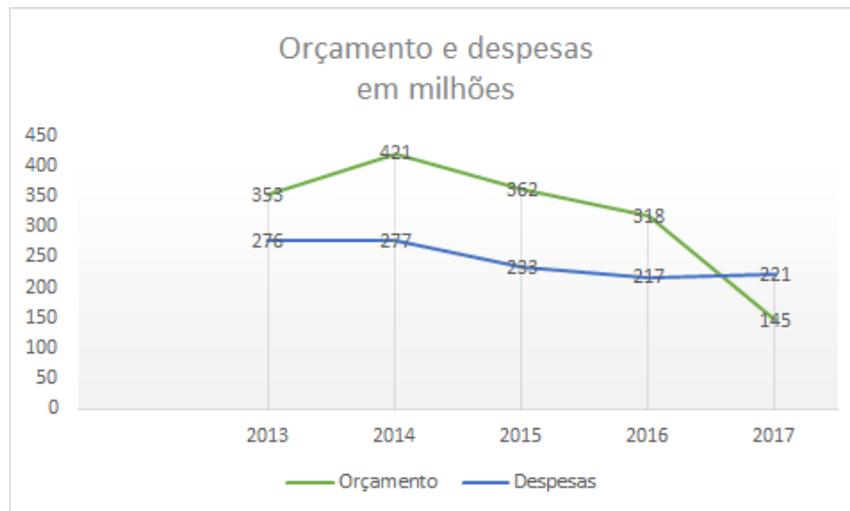
Comparativo do orçamento de investimento da UnB entre 2016 e 2018.



Contingenciamento da verba de custeio da UnB em 2017, dados de outubro.



Contingenciamento da verba de investimento da UnB em 2017, dados de outubro.



Reprodução do gráfico de despesas apresentado pela reitoria da UnB em 06 de setembro 09 de 2017.